

Técnicos do Inpe pedem definição de política para programa espacial

Da Sucursal de Brasília

Os engenheiros do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão situado em São José dos Campos (SP), vão entregar hoje um documento sobre o programa espacial brasileiro à equipe de Collor, no "bolo de noiva", o anexo 2 do Itamaraty (sede do governo de transição). A principal reivindicação é o estabelecimento de uma "política governamental clara" para o setor. Segundo os engenheiros, o programa espacial tem sido prejudicado pela "inexistência" dessa política e por uma "administração ineficiente".

A Missão Espacial Completa

Brasileiro (MECB), que previa o lançamento do primeiro satélite nacional no ano passado, foi praticamente abandonada no final do governo Sarney. A parte civil da missão, sob a responsabilidade do Inpe, é o desenvolvimento do satélite SCD-1 (Satélite de Coleta de Dados). O aparelho está na fase de testes estruturais e só ficará pronto em 91. O Veículo Lançador de Satélites (FLS), foguete que irá colocar o SCD-1 em órbita, só estará pronto em 1995. Ele está sendo fabricado pelo Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos.

O satélite do Inpe, segundo os engenheiros, estaria pronto na

data prevista se não fosse atrasado pela diretoria. Para evitar que isso se repita, eles reivindicam a "desvinculação" dos cronogramas do VLS e dos satélites do Inpe. Eles querem ainda uma "revisão" da estrutura de decisão do Programa Espacial Brasileiro, com a identificação das atribuições dos setores civil e militar. A MECB é administrada pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, vinculada ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Os engenheiros defendem a "retomada" do desenvolvimento dos satélites num ritmo compatível com a capacidade instalada.

(Ricardo Júlio)